

REINVENTANDO O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA: O USO DO MÉTODO SOCIOLINGUÍSTICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

PONTES, Ivigne Silva
Secretaria de Educação do Estado da Bahia

SANTOS, Rosângela Alves de Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este estudo tem por objetivo refletir sobre a importância do uso de métodos de ensino do processo de aquisição da leitura e escrita integrados a uma teoria de conhecimento, bem como analisar as contribuições do Método Sociolinguístico para o processo de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo a entrevista semiestruturada como principal instrumento de investigação. Dos estudos realizados para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi possível compreender que a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo complexo, que precisa ocorrer a partir de um ensino sistematicamente organizado, direcionado à apropriação dessas habilidades, bem como aos seus usos efetivos nas práticas sociais em que os educandos estão inseridos. Esse estudo nos revelou, ainda, a importância da formação continuada do professor para que o trabalho no ciclo de alfabetização ocorra com qualidade e para que os docentes que atuam nessa etapa da escolarização possam compreender as necessidades do processo de aprendizagem da leitura e escrita e, assim, ressignificar suas práticas em sala de aula.

Palavras chave: Alfabetização. Leitura e Escrita. Método Sociolinguístico.

1. Introdução

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a importância do uso de métodos para o ensino da leitura fundamentados em uma teoria, bem como analisar as contribuições do Método Sociolinguístico para o processo de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização¹. No contexto histórico do Brasil diversos métodos foram trabalhados para o

¹ No período de desenvolvimento desse estudo, o Ciclo de Alfabetização correspondia ao 1º, 2º e 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, esse ciclo passou a corresponder apenas ao 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Assim, as crianças devem ser

ensino da leitura e da escrita, sendo possível compreender a alfabetização a partir desse percurso, que foi marcado pelas críticas e embates entre antigas e novas propostas em torno da busca pela solução para a dificuldade das crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública.

Buscando superar equívocos e contribuir para a eficácia da qualidade da alfabetização, o construtivismo foi introduzido no Brasil na década de 80. As mudanças então ocasionadas foram muito importantes para compreensão do processo de aprendizagem da leitura e escrita, porém levou os professores a um conflito metodológico devido aos equívocos provenientes das suas más interpretações. Além disso, antes tínhamos métodos sem bases teóricas que os fundamentassem. A partir de então, passou-se a ter uma teoria sem métodos, gerando uma desmetodização do processo de alfabetização.

Com isso, outros equívocos foram surgindo, especialmente apontando que métodos não seriam compatíveis com essa nova proposta, o que ocasionou a “desinvenção da alfabetização”², já que as especificidades fundamentais a esse processo foram abandonadas no ensino. Atualmente, embora ainda existam defensores das antigas propostas de alfabetização, vivemos o momento da “reinvenção da alfabetização”, no qual o ideal para o ensino da leitura e escrita é a adoção de um método fundamentado em uma teoria que apresente discussões sobre o ensino e o processo de aprendizagem nesse percurso de escolarização.

A fim de atender a urgente demanda de propostas práticas capazes de solucionar o problema do fracasso da alfabetização, Mendonça e Mendonça (2007) apresentam o Método Sociolinguístico que sistematiza e organiza o trabalho docente, desenvolve o diálogo no contexto social da sala de aula objetivando a transformação e a conscientização dos educandos, além de trabalhar aspectos específicos da língua. Assim, trata-se de um método organizado com sequências didáticas que sistematizam o ensino da linguagem escrita.

2. Reinventando a alfabetização: o Método Sociolinguístico

alfabetizadas em dois anos, sendo o terceiro ano o prazo limite no qual o processo de alfabetização está mais direcionado a ortografia.

² Ver Soares (2003).

Para sistematização do Método Sociolinguístico, Mendonça e Mendonça (2007) utilizaram os estudos da teoria do conhecimento desenvolvida por Freire (1967) para o ensino da leitura e da escrita, bem como as contribuições linguísticas da Psicogênese da Língua Escrita (1999), de Ferreiro e Teberosky, considerando as atividades didáticas por níveis de escrita. O Método Sociolinguístico para o ensino da alfabetização considera a escrita uma análise linguística, que abrange uma consciência social, silábica e alfabética. Assim, visa uma alfabetização reinventada, com base em fundamentos sociológicos e linguísticos. Nesse sentido, são apresentados nessa discussão os fundamentos teóricos e metodológicos desenvolvidos para aplicação do Método Sociolinguístico para o processo de aquisição da leitura e escrita.

2.1 – A Teoria do Conhecimento de Paulo Freire no processo de alfabetização

Paulo Freire, de acordo com Mendonça e Mendonça (2007), buscou contribuir para a inclusão social de milhões de analfabetos brasileiros por meio do domínio da leitura e da escrita como instrumento para a conscientização de seus direitos de cidadãos, e “[...] ficou conhecido mundialmente por ter criado um “método” de alfabetização de adultos que partia do diálogo e da conscientização” (MENDONÇA, 2011, p. 34). Embora a proposta elaborada por Freire tenha sido caracterizada e divulgada como um método, em entrevista concedida em 1993 a Pelandré o referido autor esclareceu que não pensava numa metodologia, mas tinha curiosidade e compromisso político para com as minorias, e que se tratava mais de um método de conhecer do que de ensinar. Assim, Mendonça (2009) explica que ao se referir a essa teoria como método, pretende abordar seu sentido amplo de ensino e aprendizagem.

Freire (1967) pensava numa alfabetização como introdução a democratização da cultura, sendo o homem o sujeito que realizasse o ato criador do seu processo de aprendizagem. Um processo de ensino identificado com as condições da realidade dos indivíduos, que transformasse sua consciência ingênua ou mágica em consciência crítica e que fosse capaz de auxiliá-los na indispensável sistematização de seus pensamentos de maneira reflexiva.

Freire (1967) apresenta as fases de elaboração e de execução prática da sua teoria do conhecimento: levantamento do universo vocabular dos grupos nos quais o trabalho será desenvolvido; escolha das palavras extraídas desse repertório; criação de situações reais características desses grupos; elaboração de fichas-roteiro; e feitura de fichas com a

decomposição das famílias fonêmicas dos vocábulos geradores. Para a realização desse projeto de educação para adultos, Freire substituiu alguns termos tradicionalmente utilizados: Círculos de Cultura em lugar de escola, por este ser um conceito carregado de passividade; Coordenadores de Debates ao invés de professor, já que estes eram vistos como os doadores do conhecimento; o diálogo substituindo as aulas discursivas; aluno, também com tradições de passividade, por participante de grupo; e os pontos, os programas alienados e as programações reduzidas por unidades de aprendizado.

Depois do conhecimento de cada família, tem início os exercícios de leitura para a fixação de novas sílabas. Embora sejam claras as contribuições da teoria do conhecimento de Paulo Freire traz para o processo de alfabetização e o quanto ele poderia ser uma arma poderosa no combate ao analfabetismo no Brasil, Mendonça e Mendonça (2007) esclarecem que esse “método” foi pouco divulgado e estudado no país. Quando utilizada pelo Mobral³, foi descaracterizado, porque teve seus passos da “codificação” e “descodificação” retirados do processo de alfabetização, impossibilitando a “leitura de mundo”, necessária para a transformação da consciência ingênua em consciência crítica.

2.2 – A Psicogênese da Língua Escrita

Mendonça e Mendonça (2006) apontam que essa teoria apresenta aspectos linguísticos ao demonstrar que o aprendiz vai reconstruindo, durante o processo de alfabetização, as etapas vividas pela humanidade ao longo dos milhares de anos. “[...] É uma reinvenção da escrita com a superação de suas fases até vir apropriar-se das habilidades de ler e escrever e, em especial, de seus respectivos conceitos”. (MENDONÇA; MENDONÇA, 2006, p. 102).

Segundo Mendonça e Mendonça (2007, p. 41), em 1986 foi publicada, pela primeira vez no Brasil, a obra *Psicogênese da Língua Escrita*, de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Essas autoras iniciaram, em 1974,

[...] uma investigação, partindo da concepção de que a aquisição do conhecimento se baseia na atividade do sujeito em interação com o objeto de

³ O Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, surgiu com o objetivo de promover a alfabetização de jovens e adultos. Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais, influenciando a valorização da EJA - Educação de Jovens e Adultos, contexto em que surgiu a teoria do conhecimento de Paulo Freire. Porém, com a implantação do regime militar, em 1964, esse trabalho foi interrompido. A educação implantada a partir de então passou a ter um caráter tecnicista, voltada para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

conhecimento e demonstraram que a criança, já antes de chegar à escola, tem ideias e faz hipóteses sobre o código escrito, descrevendo os estágios linguísticos que percorre até a aquisição da leitura e da escrita. (MENDONÇA; MENDONÇA, 2007, p. 41).

Mendonça e Mendonça (2007) argumentam que essa pesquisa tomou como base o construtivismo, porém este é insuficiente para dar conta da complexidade do ensino da linguagem escrita. Assim, as autoras buscaram fundamentos psicolinguísticos para a investigação da Psicogênese da Língua Escrita. Ferreiro e Teberosky (1999) apresentaram os resultados provisórios de suas pesquisas, que possibilitaram a definição dos níveis que o aprendiz percorre no curso de seu desenvolvimento. No nível 1, “[...] escrever é reproduzir os traços típicos da escrita que a criança identifica como a forma básica da mesma” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 193). Essa escrita possui caráter subjetivo, portanto ainda não pode ser usada para a transmissão de informações.

Ferreiro e Teberosky (1999) afirmam que no nível 2 o aprendiz acredita que para escrever precisa de uma quantidade mínima de grafismos e de uma variação entre eles. Logo, alteram a posição deles buscando atribuir significados diferentes. Mendonça e Mendonça (2007) afirmam que esses dois primeiros períodos fazem referência à fase pré-silábica. No nível pré-silábico, inicialmente, o aprendiz utiliza desenhos para escrever, pois acredita que a palavra assim inscrita representa o objeto a que se refere. “Há um avanço, quando se percebe que a palavra escrita representa não a coisa diretamente, mas o nome da coisa” (MENDONÇA; MENDONÇA, 2007, p. 45). Ao aprender as letras do seu próprio nome, o aluno nota que são utilizadas letras para escrever e que essas são diferentes de desenhos.

Conforme Ferreiro e Teberosky (1999), no nível 3 tem início a hipótese silábica, na qual a criança começa a tentativa de atribuir valor sonoro as letras, onde cada letra equivale a uma sílaba. Nessa hipótese, as exigências acerca da variedade e da quantidade de grafismos podem desaparecer provisoriamente, pois a criança está focada em realizar o recorte silábico da palavra, mas esse aspecto retornará quando a hipótese silábica estiver bem estabelecida.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1999), no nível 4 se dá a passagem da hipótese silábica para a alfabética, quando o aprendiz percebe a necessidade de pensar a palavra muito além da sílaba apenas. Segundo Ferreiro e Teberosky (1999, p. 219), no nível 5, a escrita alfabética caracteriza a concretização do percurso evolutivo percorrido pelo aprendiz. Mendonça e Mendonça (2007) afirmam que, nesse momento, o aprendiz já está alfabetizado,

embora ainda tenha conflitos sérios ao comparar sua escrita alfabética e espontânea com a escrita ortográfica.

Mendonça e Mendonça (2007) sinalizam que nem a Psicogênese da Língua Escrita nem o construtivismo são métodos, “[...] mas ainda hoje é comum, ao se questionar um alfabetizador sobre qual é seu método de ensino, obter-se a resposta: método construtivista” (MENDONÇA; MENDONÇA, 2007, p. 55). Os autores supracitados relatam que dos vinte anos decorridos com diversas tentativas de transformar a teoria construtivista em método para o ensino da leitura e da escrita, conclui-se que os envolvidos nessa proposta de metodização conheceram a teoria, porém não souberam utilizá-la em favor do ensino da alfabetização. Com isso, o quadro do fracasso escolar nesse período da escolarização, no Brasil, que já era significativo agravou ainda mais.

2.3 – O Método Sociolinguístico

Buscando atender a urgente demanda por propostas práticas para resolver o grave problema do fracasso da alfabetização de crianças das escolas públicas, Mendonça (2009) apresenta o Método Sociolinguístico como capaz de possibilitar uma alfabetização eficiente, a partir da reinvenção da alfabetização infantil. Trata-se de uma nova metodologia, criada a partir de uma releitura do “método” Paulo Freire de Alfabetização, fundamentada na sociolinguística e na psicolinguística, propondo a organização e sistematização do trabalho do professor, visando alfabetizar letrando (MENDONÇA, 2009, p. 120-121).

Mendonça (2009, p. 121), esclarece:

É “Sócio”, porque desenvolve efetivamente o diálogo no contexto social de sala de aula, e é “Linguístico” por trabalhar o que é específico da língua: a codificação e decodificação de letras, sílabas, palavras, texto, contexto, e desenvolver as habilidades para ler e escrever como: a direção da leitura, o uso dos instrumentos de escrita, organização espacial do texto, suportes de texto etc (MENDONÇA, 2009, p. 121).

De acordo com Mendonça e Mendonça (2007), a etapa que antecede o desenvolvimento desse método é a escolha das palavras geradoras, que “[...] são aquelas que, decompostas em seus elementos silábicos, propiciam, pela combinação desses elementos, a criação de novas palavras” (FREIRE, 1967, p. 111). Freire (1967) aponta que as palavras são escolhidas obedecendo a critérios da riqueza fonêmica, das dificuldades fonéticas da língua e

do teor pragmático delas, com vocábulos que possibilitem maior pluralidade de engajamento numa dada realidade cultural, econômica, política, entre outras.

Em seguida, no primeiro passo do método, a codificação, ocorrerá a leitura do mundo no entorno do aprendiz, por meio da codificação da palavra geradora. Os temas surgidos são discutidos, refletindo a realidade local, o cotidiano e o mundo ao redor. No segundo passo do método, a descodificação, o docente pode elaborar e realizar diversas atividades tomando como ponto de partida os conhecimentos e as experiências que os alunos possuem, que possam possibilitar a reflexão e a conscientização. (MENDONÇA; MENDONÇA, 2007).

No terceiro passo do Método Sociolinguístico, a análise e síntese, deve ser apresentada a palavra geradora, com as famílias silábicas da palavra. Será feita, então, a decomposição das sílabas, que são lidas e copiadas. As famílias silábicas devem ser apresentadas, com sua leitura e escrita, para, em seguida, os alunos juntarem essas sílabas visando formar novas palavras com significado. (MENDONÇA; MENDONÇA, 2007).

Mendonça e Mendonça (2007) afirmam que, assim como Freire, eles não defendem a leitura das famílias silábicas em coro se estas estivessem colocadas numa sequência em que os alunos pudessem decorar e, assim, não compreenderiam a sua natureza fonológica. Conforme Mendonça e Mendonça (2007), a fixação da leitura e da escrita, o quarto passo, é caracterizado pelas atividades do nível alfabético com as estratégias desenvolvidas no sentido de favorecer a leitura e a produção escrita significativa.

Segundo Mendonça e Mendonça (2007), os passos do Método Sociolinguístico com a inclusão das atividades didáticas dos níveis de conceitualização da escrita se caracterizam nas seguintes etapas: 1º Codificação; 2º Descodificação; I – Atividades didáticas do nível pré-silábico; 3º Análise e Síntese – análise das palavras em sílabas, apresentação das famílias silábicas e a síntese das palavras; II – Atividades didáticas do nível silábico; 4º Fixação da leitura e da escrita; III – Atividades didáticas do nível alfabético.

Mendonça (2009) afirma que o Método Sociolinguístico e sua prática construtivista é uma opção comprovadamente eficiente para os professores alfabetizadores que estejam comprometidos com o seu trabalho e conscientes da importância dele para a formação de sujeitos críticos, competentes para o exercício da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa. Identificamos, assim, a importância da organização do trabalho do professor para o

ensino da leitura e da escrita a partir da escolha de um método de ensino como forma de sistematizar e direcionar essas aprendizagens para que elas aconteçam de forma a possibilitar aos educandos a emancipação frente à apropriação da cultura da leitura e escrita, fazendo do uso desses instrumentos de conhecimento nas suas práticas sociais.

Logo, os aspectos linguísticos provenientes da Psicogênese da Língua Escrita (1999), que demonstraram o caminho que o aprendiz percorre no curso do seu desenvolvimento e que permitem a associação das atividades didáticas dos níveis de conceitualização da escrita com as fases elaboradas por Freire (1967) em sua teoria do conhecimento, conforme Mendonça e Mendonça (2006), demonstram que é possível associar o construtivismo com o desenvolvimento de um método para uma alfabetização de qualidade: o Método Sociolinguístico, que trata a escrita considerando sua consciência social, silábica e alfabética.

3. Metodologia

A pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa e, também, bibliográfica. Para a coleta das informações usamos a pesquisa de campo que, segundo Fonseca (2002), acontece por meio das investigações que buscam dados junto a pessoas, fazendo uso dos diferentes tipos de pesquisa. A entrevista semiestruturada foi o instrumento da pesquisa utilizado para coleta das informações. Manzini (1991) esclarece que esse tipo de entrevista tem como foco um determinado tema a partir do qual é produzido um roteiro contendo perguntas classificadas como principais, mas que podem ser complementadas por outros questionamentos que possam surgir durante a realização da entrevista. Ainda segundo o referido autor, a entrevista semiestruturada permite que informações possam surgir de forma mais espontânea e as respostas obtidas não obedecem a um padrão de alternativas.

4. Resultados

Aqui serão apresentados os dados obtidos a partir de entrevistas realizadas com professoras, sujeitos dessa pesquisa, que atuam no Ciclo de Alfabetização em escolas públicas do município de Jequié/BA. Para preservar a identidade dessas docentes, elas serão

identificadas como P1, P2, P3 e P4. P1, P2 e P3 atuam na mesma escola, na zona urbana do município. Já P4 trabalha numa outra instituição, na zona rural de Jequié.

Quadro 01: Perfil das professoras entrevistadas

Professoras	Formação	Pós-graduação	Tempo de Magistério (anos)	Turmas em que lecionam
P1	Letras	Não	05	Primeiro ano
P2	Pedagogia	Não	19	Segundo ano
P3	Letras	Sim	29	Terceiro ano
P4	Pedagogia	Sim	01	Primeiro ano

Fonte: Dados levantados a partir da entrevista semiestruturada.

Foram selecionadas cinco temáticas para a análise das entrevistas tendo como base o tema (assunto central) das perguntas da entrevista após a enunciação das respostas emitidas pelas professoras. Nesse artigo serão apresentadas apenas as três primeiras temáticas centrais sobre o ensino da leitura e da escrita desenvolvido pelas professoras sujeitos dessa pesquisa. Os temas selecionados para discussão dos dados foram:

Quadro 02: Roteiro das entrevistas

PERGUNTAS	TEMÁTICA
a) Como você se tornou professora do Ciclo de Alfabetização, período em que ocorre a aquisição da leitura e escrita? De que forma ocorreu seu processo de formação pedagógica para trabalhar nessa modalidade de ensino em que ocorre a aquisição da leitura e escrita? Você considera que foi suficiente?	a) Formação de professores no Ciclo de Alfabetização;
b) Você adota algum método de ensino para sistematizar o ensino da leitura e escrita?	b) Método adotado pelo professor para o ensino da leitura e da escrita;

Em caso afirmativo: qual e de que maneira ele é desenvolvido em sala de aula?	
c) Como esse método adotado contribui para o processo de aprendizagem das crianças no percurso da aquisição da leitura e escrita?	c) Contribuição do método para o processo de aprendizagem das crianças no percurso de aquisição da leitura e da escrita;

Fonte: Roteiro semiestruturado elaborado para realização da entrevista.

Considerando a temática da entrevista sobre a **formação de professores no Ciclo de Alfabetização** as docentes emitiram as seguintes respostas:

[...] a escola que eu trabalhava fechou o Fundamental II, aí eu vim *pra* o Fundamental I. [...] os cursos do PNAIC, do Pacto foi me ajudando e eu fui correndo atrás de leituras, cursos, capacitação. Não foi o suficiente, tanto que no momento eu *tô* tentando fazer ou uma pós nessa área ou botar o pé no mestrado. (P1);

Foi acontecendo. Eu já tinha magistério e já ajuda bastante. Depois no curso de Pedagogia também, pouca coisa, mas depois eu fiz cursos na área de alfabetização. (P2);

Eu não tenho muito tempo em alfabetização. [...] descobri meu gosto pela alfabetização em 2011 que eu fui para a sala de leitura. Quando começou o curso PNAIC e Pacto aí me identifiquei mesmo. (P3);

Me tornei professora desse ciclo através do trabalho que efetuei com crianças do ano 5. [...] Assim, esse ano me colocaram no ano 1 por conta do trabalho realizado, que foi bem satisfatório. Além das aprendizagens efetuadas na Universidade, mais especificamente na disciplina de Estágio nos Anos Iniciais com a professora Rosângela, que me ensinou o método de alfabetização que aplico, a prefeitura faz formação com professores desse ciclo, com o PNAIC. (P4);

Através da resposta de P1 observamos que a docente compreende a necessidade do processo de formação continuada para o desenvolvimento de um trabalho eficaz, o que também foi verificado na fala de P4. Araújo e Reis (2014) afirmam que a renovação dos conhecimentos é necessária a todo profissional, sobretudo aos docentes, devido as constantes transformações que ocorrem na sociedade. Além disso, tratam da aprendizagem como um processo contínuo e inacabado. Assim, o professor deve utilizar os momentos de formação continuada para reavaliarem suas práticas, já que tal período irá proporcionar a esse profissional uma perspectiva crítico-reflexiva de sua ação.

No relato de P2, ao tratar da formação em Pedagogia a professora parece não acreditar que o curso seja promotor dos conhecimentos necessários para a atuação no Ciclo de Alfabetização. Já P3, por ela não possuir a formação adequada para lecionar nessa etapa da escolarização, fica claro que a professora encontrou no PNAIC⁴, programa disponibilizado pelo Governo Federal, o auxílio para o desenvolvimento do seu trabalho em sala de aula. A importância desse projeto é reafirmada na fala também da P4.

Através da análise do perfil e do relato de P4, notamos que o seu processo formativo foi fundamental para o desenvolvimento de uma prática de qualidade em sala de aula, fator que a levou a atuar no Ciclo de Alfabetização. Destacamos também sua colocação acerca da importância do Estágio Supervisionado. Segundo Pimenta (2010, p. 15), o estágio é uma “[...] atividade teórica, preparadora de uma práxis”, portanto é o momento no qual o estudante poderá estabelecer uma relação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso com a prática vivenciada nesse momento em sala de aula.

A partir dos relatos das professoras entrevistadas é possível compreender que a formação inicial ocorrida no curso adequado irá proporcionar saberes essenciais ao profissional que atua no Ciclo de Alfabetização e sendo esse processo feito de forma continuada possibilitará que o professor tenha segurança para desenvolver um trabalho apropriado, visando uma intervenção correta e eficaz, permitindo que o aprendiz avance no seu processo de construção do conhecimento.

Acerca da temática sobre o **método adotado pelo professor para o ensino da leitura e da escrita** às docentes relataram que:

Na verdade é um pouquinho de cada um. E depois que eu conheci o Método Sociolinguístico [...] eu vou [...] fazendo um trabalho casado. Mas não posso te dizer eu uso esse método. (P1);

A gente não especifica um não [...] tem alguns que a gente gosta e usa mais. [...] O Sociolinguístico eu gosto, mas não uso com muita frequência. [...] O Método Fônico a gente utiliza um pouquinho, o Silábico, o construtivismo também. Até o Montessoriano tem muita coisa que dá para a gente *tá* trabalhando com eles. (P2);

A gente não tem uma base definida [...] toda semana a gente tira um dia, dois *pra* trabalhar o Sociolinguístico [...] Porque também tem muita semelhança com a proposta do Pacto, que é a questão da oralidade, da escrita, da produção. (P3);

⁴ Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.

Adoto o Método Sociolinguístico. [...] partimos da palavra geradora [...] fazemos um estudo dela [...] na tentativa de superar o senso comum e trazer uma consciência menos ingênua para o educando. Então partimos para a parte gramatical. Depois faço a fixação de uma sílaba específica com atividades correspondentes ao nível das crianças. (P4);

Observamos a partir dos relatos de P1, P2 e P3 que o trabalho realizado pelas professoras para o ensino da leitura e da escrita acontece através de uma mistura dos métodos de alfabetização conhecidos no Brasil, o que demonstra que elas não possuem clareza acerca de como ocorre o processo de construção da leitura e da escrita, e, portanto, não se sentem seguras em adotar uma única metodologia para realizar esse ensino.

Pelinson (2013) aponta que muitos professores que atuam nessa etapa da escolarização encontram dificuldades para se posicionar perante as teorias e os métodos em que se apoiam para desenvolver suas práticas. Soares (2003) afirma que existe uma especificidade que é própria do processo de ensino da leitura e da escrita e que sua ausência nesse ensino é que tem ocasionado a precariedade da aprendizagem dessas habilidades pelos alunos. Moraes (2006) afirma que a alfabetização precisa ser ressignificada e reconhecida como um processo de ensino que deve ocorrer de maneira sistemática e não só de aprendizagem da escrita alfabética.

Pelinson (2013) enfatiza, ainda, que

Diante da tendência atual de trabalhar com uma didática geral que cabe para todos os objetos de ensino e de aprendizagem, os professores se acostumaram a não assumir posições metodológicas rígidas nas escolas. [...] Outro problema [...] é que a autonomia que os professores tem para alfabetizar as crianças à sua maneira [...] sem trocas mais coletivas com seus pares sobre princípios gerais que unem as experiências, dificulta a compreensão sobre os princípios que regem suas escolhas. [...] O resultado é que o vasto leque de possibilidades metodológicas, que deveriam ser utilizadas em situações específicas, é aplicado aleatoriamente. (PELINSON, 2013, p. 10).

Ainda conforme Pelinson (2013), mesmo que os métodos adotados pelos professores alfabetizadores promovam o aprendizado da leitura e da escrita, é importante que os docentes tenham conhecimento sobre as metodologias que adotam a fim de que saibam fazer o uso adequado delas, intervindo positivamente no processo de aprendizagem dos alunos. Essa questão metodológica é proveniente dos equívocos na interpretação do construtivismo, quando, como aponta Soares (2003), o trabalho realizado com métodos passou a ser

considerado um erro, o que ocasionou a desinvenção da alfabetização, uma vez que aspectos fundamentais a serem aprendidos nesse processo deixaram de ser trabalhados.

Na fala de P2 e P3 notamos equívocos muito comuns ao apontar teorias do conhecimento como método criado para o ensino da leitura e da escrita. Segundo Mendonça e Mendonça (2011, p. 45) “[...] nem o construtivismo, nem a Psicogênese da língua escrita são métodos, mas ainda hoje é comum, ao se questionar um alfabetizador sobre qual é seu método de ensino, obter-se a resposta: ‘método construtivista’”. (MENDONÇA; MENDONÇA, 2011, p. 45).

P4, por sua vez, desenvolve um trabalho a partir do Método Sociolinguístico e demonstra que se apropriou dos passos dessa metodologia, os quais, de acordo com Mendonça e Mendonça (2007), embora obedçam a uma sequência, não se constituem um molde engessado impedindo os educandos de refletirem livremente acerca do objeto do conhecimento. P4 também demonstra compreender a importância do seu trabalho a fim de promover nos educandos uma consciência crítica sobre o contexto em que vivem, visando à emancipação dos sujeitos.

Sobre a temática **contribuição do método para o processo de aprendizagem das crianças no percurso de aquisição da leitura e da escrita**, as informantes da pesquisa relataram que:

Depende da turma. (P1);

Cada método ajuda num aspecto. (P2);

Envolve muito as crianças [...] eles interagem, a gente percebe ali o processo [...] deles caminhar. [...] não é aquela coisa mecânica. (P3);

O método contribui porque garante ao aluno a capacidade de pensar, discutir, opinar e porque dá a oportunidade de conhecer os sons de todas as sílabas, sem distinção de difíceis ou fáceis. Assim, quando ele começa a ler, ele lê qualquer palavra. (P4);

Notamos, ao analisar as respostas emitidas por P1 e de P2, que se trata de uma reafirmação do que elas expuseram na pergunta anterior, uma vez que desenvolvem um trabalho de alfabetização a partir do uso de vários métodos. Na enunciação de P3 percebemos um avanço ao reconhecer como contribuição do método utilizado a interação das crianças no processo de aprendizagem.

Ainda analisando a fala de P3, destacamos que a aprendizagem deve superar um contexto mecânico, indicando a necessidade de repensar as metodologias, propondo ações mais interativas entre as crianças e o objeto de conhecimento. Mendonça e Mendonça (2007) afirmam que caso o ensino da leitura e da escrita exclua os momentos que permitem aos alunos estabelecerem um diálogo em sala de aula, esse ensino acontecerá de forma mecânica e descontextualizada.

P4 considera o fato de sua prática possibilitar aos alunos refletirem acerca do objeto do conhecimento e se expressarem por meio do diálogo um fator positivo do método adotado. Além disso, destaca a contribuição da metodologia na relação entre grafemas e fonemas, bem como do desenvolvimento de um trabalho que permita aos alunos o conhecimento de todas as sílabas, sem estabelecer distinções entre as que seriam de fácil ou difícil compreensão, o que pode ocasionar equívocos ortográficos no momento em que os alunos precisam utilizar as sílabas omitidas.

Mendonça (2011, p. 31-32) trata desses enganos em relação ao trabalho a partir da metodologia das cartilhas, ao afirmar que é comum, por exemplo, as famílias silábicas formadas pelas letras “c” e “g” serem apresentadas de forma parcial, excluindo, num primeiro momento, as sílabas “que”, “qui”, “gue” e “gui”, uma vez que são vistas como formas difíceis e que os alunos só conseguirão compreender depois.

É importante o desenvolvimento de um trabalho que não subestime os educandos, mas possibilite a eles ter acesso aos conhecimentos. Esses sujeitos estão construindo um conhecimento e, assim, no momento adequado para cada aluno eles irão compreender como as palavras são escritas, sem que iniciem esse processo a partir de equívocos que poderão ser prejudiciais até as mais elevadas etapas da escolarização.

A partir da análise dos dados coletados nas entrevistas é possível concluir que para atuar nessa etapa da escolarização é fundamental a formação adequada para que o docente possa mediar esse processo e direcioná-lo de maneira organizada, com a finalidade de possibilitar aos alunos a apropriação da leitura e da escrita. Desenvolver um trabalho pedagógico sistematizado nesse processo é um grande desafio, principalmente porque trata de uma etapa de ensino que requer do professor um arcabouço teórico e metodológico muito consolidado. O ensino da leitura e escrita é um processo complexo e que requer uma

formação do professor alfabetizador voltada para as especificidades de como se ensina e de como se aprende.

5. Considerações Finais

No decorrer dessa pesquisa verificamos que a formação continuada docente é fundamental para que o professor construa os saberes necessários para mediar o processo de construção do conhecimento. Além disso, identificamos a importância da organização do trabalho do professor a partir da escolha de um método de ensino integrado a uma teoria do conhecimento que sistematize e direcione essas aprendizagens, a fim de que elas aconteçam possibilitando aos educandos a emancipação frente à apropriação da cultura da leitura e escrita, fazendo do uso desses instrumentos nas suas práticas sociais.

6. Referências

ARAÚJO, J. M. O. **A formação do professor alfabetizador em cursos de Pedagogia: alternativas e possibilidades.** 2009. Disponível em: http://afirse.com/archives/cd11/GT%2006%20-%20POL%C3%8DTICAS%20E%20PR%C3%81TICAS%20DE%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROFESSORES/53_A%20FORMACAO%20DO%20PROFESSOR%20ALFABETIZADOR%20EM%20CURSOS%20DE%20PEDAGO.pdf. Acesso em: 24 Abr. 2018.

ARAÚJO, R. N.; REIS, S. R. **A formação continuada e sua contribuição para o professor alfabetizador.** 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/2091-0.pdf. Acesso em: 12 Mar. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRITO, A. E. **Formação do docente alfabetizador: revelando as exigências e os desafios.** 2006. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt2/GT2_2006_08.PDF. Acesso em: 12 Mar. 2018.

FERREIRO; E., TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, M. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione, 1989.

MANZINI, E. J. **Entrevista**: definição e classificação. Marília: UNESP, 2004.

MENDONÇA, O. S. **A eficiência do Método Sociolinguístico de Alfabetização**. 2009. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40145/1/01d16t10.pdf>. Acesso em: 05 Fev. 2018.

MENDONÇA, O. S. **Percursos Históricos dos Métodos de Alfabetização**. 2011. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40137/1/01d16t02.pdf>. Acesso em: 01 Set. 2017.

MENDONÇA, O. S.; MENDONÇA O. C. **Alfabetização – Método Sociolinguístico**: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2007.

MENDONÇA, O. S.; MENDONÇA, O. C. **Alfabetização reinventada**: o método sociolinguístico – consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire. Revista ACOALFA: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa. São Paulo, ano 01, n. 01, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/11448-14322-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 Mar. 2018.

MORAIS, A. G. **Concepções e metodologias de alfabetização**: por que é preciso ir além da discussão sobre velhos “métodos”? UFPE e CEEL, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_moarisconcpmetodalf.pdf. Acesso em: 12Out. 2017.

PELANDRÉ, N. L. **Efeitos a longo prazo do método de Alfabetização de Paulo Freire**. 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112179/110247.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 Mar. 2018.

PELINSON, J. **Qual é o seu método?** Letra A – O Jornal Alfabetizador. Belo Horizonte, Mar./Abr., ano 9, n 33, 2013.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOARES, M. A reinvenção da alfabetização. **Presença pedagógica**. Belo Horizonte, v. 9, n. 52, Jul./Ago., 2003.

WEBER, G. A.; SILVA, I. F. S. **A importância da família na escola**. 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-familia-na-escola/148225>. Acesso em? 10 Maio 2018.

ZABALZA, M. Os dilemas práticos dos professores. In: **Pátio Revista Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, ano VII, nº 27, 2003.

SOBRE AS AUTORAS

Ivigne Silva Pontes

Especialização em andamento em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Educação Especial, iPROFIT Educação Corporativa; Pedagoga pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Secretária de Educação do Estado da Bahia – Brasil; Coordenadora Pedagógica do Centro de Apoio Pedagógico de Ipiaú – CAPI. E-mail: ivinespontes@gmail.com

Rosângela Alves de Oliveira Santos

Mestra em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié/BA. rosangelauesb@yahoo.com.br